

# Os Sentidos de uma Identidade Afro-Descendente nos Discursos de Ativistas dos Direitos Humanos em Piracicaba

## Autores

---

Fabiana Scussolino da Cunha

## Orientador

---

Telma Regina de Paula Souza

## Apoio Financeiro

---

Fapic

## 1. Introdução

---

A questão racial se apresenta inegavelmente em nosso cotidiano, e constitui nossa história enquanto sujeitos sociais, permeando a construção de identidades e fomentando a discussão da igualdade e diferença, assim como da diversidade do ser humano. Tais discussões, ao refletir a complexidade da formação identitária nacional, da especificidade da produção brasileira, são relevantes no sentido de desnaturalizar questões presentes na cultura, elucidando construções histórico-sociais como a (re)produção das desigualdades raciais, contribuindo, com isso, com o campo de conhecimento da psicologia.

Na consolidação do Estado Moderno (nação), a constituição da identidade nacional parece favorecer-se da miscigenação e de mitos como o da democracia racial, pois disfarçava a evidente discriminação estabelecida entre brancos e negros, divisão que era, sobretudo, econômica. Sendo o padrão de constituição das identidades o branco, ocidental, europeu, as teorias das raças podem ser compreendidas como forma de manutenção da ordem social e consolidação do negro como raça inferior, na medida em que tais produções teóricas justificaram a reprodução das funções sociais. As teorias das raças remetem à discussão de igualdade e diferença, que são base da construção da (in) justiça social.

A intelectualidade brasileira inspirou-se na produção e no olhar que vinha de fora (branco, ocidental, europeu), incorporando-o, como forma de perceber e descrever uma certa originalidade na conformação e convivência racial aqui presente. Autores como Gilberto Freyre discorreu sobre a mestiçagem como uma questão nacional e distintiva, formalizando, ainda nos anos 30, uma concepção culturalista que mantinha conceitos de superioridade e inferioridade, uma releitura positiva do mito das três raças que formam a nação, e Florestan Fernandes nomeou de forma decisiva os enganos deste mito de democracia racial, questionando sua tese e bases, através da explicitação da discriminação e da desigualdade.

Reflexões em torno do racismo dissimulado levaram a mudança significativa no sentido de apontar para novas compreensões da miscigenação e desmontagem teórica do mito da democracia racial.

A busca da não utilização do termo raça permitiu a construção de uma ideologia anti-racista, baseada num discurso academicamente formulado que nega a existência de diferentes raças humanas.

A substituição do termo raça por etnia, entendendo raça como um princípio classificatório que fundamenta e estrutura a sociedade brasileira, decorrendo, assim, uma sociedade estratificada e desigual, não impediu nos discursos e nas relações sociais o critério da inferioridade racial.

O uso social da cor relacionado à situação socioeconômica é claramente identificado não apenas nos censos realizados, mas também em nosso cotidiano. O sentido político da raça (de valorização social do branco em detrimento do negro), assim como a reprodução da desigualdade (na qual a raça é classificatória e constituinte), constitui nossa sociedade.

E, o que presenciamos neste início de século XXI são as conseqüências do legado histórico enraizado nas relações sociais e políticas; apesar da desconstrução teórica do mito da democracia racial e de releituras da miscigenação, a realidade social em relação às questões raciais pouco sofreu alteração.

No que se refere às Políticas de Ação afirmativa e sistema de cotas, Bernardino descreve Ação Afirmativa como "políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades sócio-econômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas" (BERNARDINO, 2002, p. 256), através de concessão de vantagens competitivas (temporárias) aos sujeitos e grupos que experienciam situações de inferioridade. Assim como uma redefinição da representação de sujeitos ou grupos, na busca de reverter tais situações e promover a equidade entre os grupos componentes da sociedade.

O sistema de cotas seria a concessão de privilégios através de cotas no ensino superior e no mercado de trabalho, na tentativa de promover a redefinição da imagem do grupo, submetendo a uma reflexão crítica os símbolos culturais.

Ambas são compreendidas como políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades sociais provenientes de tratamento discriminatório no passado e/ou no presente baseados na raça. (BERNARDINO, 2002)

A construção do significado da ação afirmativa como instrumento para a correção de problemas relativos à redistribuição de bens econômicos e cargos de poder a curto e médio prazo, é proveniente da luta das lideranças negras que visam a construção de uma "identidade negra positiva" e compartilhada pela população (constituição de identidades negras para além dos militantes).

Sendo as ações afirmativas compreendidas como conseqüência de atitudes negativas direcionadas à população preta e parda, e não causa do uso de categorias raciais, a ênfase de tais políticas recai na racialização positiva das relações sociais no Brasil e no reconhecimento da diferença sem distorções. Afinal, são políticas voltadas para a correção do racismo.

A discussão desta política não poderia deixar de ser polêmica, tendo em vista o processo histórico brasileiro e a maneira como as relações sociais são fomentadas. Afinal, acabam envolvendo diferentes concepções acerca da garantia do direito à igualdade, o que remete a aproximação entre ações afirmativas e política da

diferença.

As inúmeras críticas que as ações afirmativas sofrem estão relacionadas ao ocultamento das diferenças supostamente existentes entre os diversos grupos sociais e com sua inaptidão para lidar com um contexto multicultural. A confiança nas políticas afirmativas, apesar dos problemas de legitimidade, se justificaria, portanto, no fato de estar em jogo a maneira pela qual a população é identificada e se identifica, no significado da diferença. Afinal, a exclusão sócio-econômica dessa população é evidente.

Em nosso estudo, buscamos compreender se tais idéias estão presentes em ativistas pelos direitos humanos e, se não estiverem, como concebem o direito à igualdade e à diferença.

## **2. Objetivos**

---

Assim, buscamos investigar os possíveis sentidos da identidade afro-descendente no discurso de militantes de direitos humanos na cidade de Piracicaba através do fomento de discussões sobre a questão racial, direitos humanos (igualdade e diferença) e políticas de ação afirmativa no contexto nacional.

## **3. Desenvolvimento**

---

A metodologia utilizada foi qualitativa, buscando-se os sentidos pessoais da identidade afro-descendente em indivíduos que participam do Centro de Direitos Humanos de Piracicaba, como diretores e associados desse Centro. A técnica para a coleta de dados foi a entrevista semi-dirigida, cujo instrumento foi um roteiro de questões trabalhadas nas entrevistas. Após a sistematização dos dados (agrupamento dos discursos em eixos temáticos), realizou-se uma análise interpretativa dos discursos tendo como referencial teorias que nos possibilitaram pensar os significados (produção social e não individual) dos temas problematizados. Os sujeitos, com idade entre 27 e 70 anos, de ambos os sexos, consentiram em participar voluntariamente da pesquisa após amplo esclarecimento sobre a mesma.

## **4. Resultados**

---

A investigação de uma suposta identidade afro-descendente procurou abordar a compreensão desses sujeitos diante da afro-descendência, dos significados que estão sendo construídos e reproduzidos, revelando diferentes engajamentos com o tema e diversas formas de expressão política, não necessariamente a partir da participação no Centro, mas principalmente pelo espaço social que ocupam, pelo papel social que representam ou buscam representar.

No que se refere aos sentidos possíveis, revela-se que são priorizados diversos aspectos para atribuição de uma singularidade étnica. Embora haja relatos que não distinguem um afro-descendente de outras pessoas ou grupos, argumentando igualdade, acabam por utilizar-se de critérios para diferenciação, recaindo em origem da família e traços físicos. Tais discursos parecem compreender que o reconhecimento de diferenças significa qualificar ou hierarquizar, o que demonstra análise superficial do tema em questão.

Outros trazem uma análise diferenciada, considerando aspectos culturais e político ideológico como significativos para atribuição de raça/etnia. Compreendendo que os sujeitos são sempre constituídos dentro de contextos (grupos ou sociedade), que atribuem diferentes valores às diversas práticas sociais, cada um acabará se identificando como inserido ou não em determinada etnia a partir desse repertório experienciado, podendo um afro-descendente não se identificar com aquilo que entendemos como cultura afro-descendente, ou cultura negra.

É possível relacionar esse aspecto (identificação étnica) com o surgimento do termo afro-descendente, proveniente do movimento negro e que busca, com isso, ressaltar a importância do resgate histórico e do significar politicamente um outro lugar que não esse constantemente repostado de negritude e inferioridade, identificado a partir da cor da pele. Em alguns discursos é possível perceber esse recorte e preocupação com a carga política ideológica na questão identitária.

Porém, o que se destaca nos discursos é o reconhecimento de que a sociedade ainda diferencia os sujeitos através de critérios como traços físicos e cor da pele, carregando a valoração construída historicamente (da inferioridade do negro). Origem da família foi ponderada predominantemente como o primeiro critério a ser levado em consideração, parecendo apenas mascarar a reprodução do estigma cristalizado.

Sobre o processo de produção histórica da realidade brasileira no que se refere ao significado do negro na sociedade, percebe-se o reconhecimento do preconceito racial, de forma sutil, encoberta ou explícita, compreendido como estrutural e cotidiano. Em geral, está relacionado à escravidão e a cultura (de inferiorização do negro desde a época de escravo e reproduzido através das gerações).

A resistência ao falar abertamente sobre a presença do racismo e o 'ser negro' surge como uma fuga de maiores "constrangimentos", como se não discutir fosse uma forma de superação e também como uma atualização, de alguma forma, da ideia de democracia racial, corroborando Santos (2001): "É exatamente este o caráter da democracia racial brasileira: raça e cor não são abertamente mencionadas (é um assunto de alcova) desde que cada qual obedeça os limites estabelecidos pelo caráter de sua cultura, de sua origem, de sua cor." (p. 161)

Ao discutir o lugar ocupado pelo negro, percebe-se a perpetuação da exclusão, presente no discurso de brancos e negros, apesar do reconhecimento de algumas conquistas em relação à discriminação e da possibilidade de romper com essa perpetuação através de questionamento do próprio sujeito que vivencia tais situações.

Quando se compreende a importância de desnaturalizar alguns discursos e algumas práticas cotidianas, tais questionamentos se destacam, pois parece ser justamente através da desnaturalização de lugares cristalizados, estigmatizados, que se encontrará a força propulsora para reivindicações, resistências e produção de outros significados. Há a necessidade do resgate histórico e de engajamento político tanto dos sujeitos que vivenciam quanto dos que (re)produzem essa realidade, ou seja, todos nós. E nessa busca, aponta-se para o papel central dos movimentos sociais, no caso o movimento negro, que tem impulsionado à visibilidade essas ações.

Diante da realidade de desigualdade e exclusão dos afro-descendentes, mostra-se relevante sua associação ao caráter econômico, tendo em vista a centralidade do capital no mundo contemporâneo neoliberal. A exclusão passa a ser sócio-econômica, e não apenas racial. O discurso parece enviesar-se para uma

justificativa econômica desse lugar de exclusão: o pobre é quem sofre com as consequências do lugar de desprivilegiado, independente de 'raça'. Exclusão esta que marca até discriminações entre os negros. É inegável a correlação entre raça, renda e desigualdade social, como apontado por Câmara (2006), revelando mudança de paradigmas na medida em que essa associação explicita o quanto é perversa a discriminação racial neste contexto.

Assim, busca-se discutir a superação da desigualdade como forma de evidenciar o assunto, o que se revela predominante na crença de que a superação da desigualdade e discriminação seja através da educação com qualidade (formal ou informal).

A centralidade da educação, que perpassa pelos campos político, econômico e social, se articula às políticas de ação afirmativa. Os argumentos contrários centrais são melhorias na educação e iguais oportunidades, pois se entende medidas compensatórias como uma forma de menosprezar os negros.

Argumentos favoráveis é que diante de uma situação de desfavorecimento, tais políticas seriam a alternativa para reverter essa situação, já que não considera o 'diferente' como 'igual' sem que as oportunidades sejam as mesmas. Como aponta Câmara (2006), a correlação "cor e renda, passaram a destacar os efeitos concretos que sucessivas décadas de sonegação de direitos aos não-brancos tiveram sobretudo no que tange à desigual distribuição, não apenas de renda, mas notadamente de oportunidades." (p. 85).

O apoio à política de cotas aparece argumentado de diferentes formas: por ser uma dívida histórica, um compromisso moral e de todos, na necessidade de se rever os métodos com que estão sendo executadas e seu caráter transitório.

Políticas de ação afirmativa podem ser articuladas com um momento histórico em que se passou a discutir a necessidade de direitos universais do Homem. Enquanto hoje se fala com certa naturalidade da importância dos direitos de liberdade e igualdade, sociais e políticos, evidencia-se a dificuldade em garanti-los.

## **5. Considerações Finais**

---

Fala-se muito em igualdade, em defendê-la, porém, em poucos momentos questiona-se sobre o que está sendo entendido como igualdade. A compreensão do lugar do afro-descendente na luta por direitos, permite-nos perceber o quanto essa discussão está ausente. Contudo, outros trazem o questionamento do direito à diferença, fundamental nessa luta de direito a ter direitos, pois se em nossa realidade política econômica, em vários contextos, a luta é por sobrevivência, pelo reconhecimento da dignidade de ser Humano, então, a luta por igualdade se apresenta em segundo plano na medida em que a cidadania (na prática) não existe.

Assim, é inegável a necessidade de se fomentar discussões a respeito dessas questões e contradições, pois ao mesmo tempo em que tais questionamentos se revelam presente nesses discursos também revelam que algumas construções histórico-sociais, político ideológico, como o 'lugar' do ser negro ou afro-descendente na luta por direitos não está articulada com fatores significativos que a produzem.

## Referências Bibliográficas

---

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudo Afro-Asiático**, Rio de Janeiro, v.24, nº 2, p. 274-273 2002.

CÂMARA, Daniela Bastos Bogéa. Ações Afirmativas: matrizes teóricas e normativas, implementação norte-americana e debate acadêmico brasileiro. **Revista Impulso**, Piracicaba, v. 17, n. 43, p. 73-90, maio/ago. 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUC/Pallas/FAPESP, 2001.